

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

XXXI Congresso do PSD

Manuela Ferreira Leite afirma:
«Não percam tempo com a interpretação
do que digo nas entrelinhas;
o que quero dizer, digo nas linhas!»



Cidade de Guimarães,
20, 21 e 22 de Junho de 2008

Manuela Ferreira Leite afirma: «Não percam tempo com a interpretação do que digo nas entrelinhas; o que quero dizer, digo nas linhas!»



O XXXI Congresso Nacional do PSD decorreu em Guimarães, nos dias 20, 21 e 22 de Junho de 2008. No primeiro dia, a credenciação dos delegados teve início às 15 horas de seta feira e os trabalhos iniciaram-se cerca das 19 e 30, cabendo a abertura ao Presidente da Comissão política do Distrito de Braga.

Depois, a presidente eleita da CPN falou aos Congressistas pela primeira vez, afirmando:

No início dos trabalhos do XXXI Congresso, as minhas primeiras palavras são naturalmente de agradecimento para o Presidente da Distrital de Braga e Concelhia de Guimarães.

Damos hoje início aos trabalhos do XXXI Congresso do Partido Social Democrata nesta bela cidade de Guimarães que nos está a acolher com

a simpatia e a hospitalidade que muito agradecemos e que só por si constituem um estímulo ao andamento dos nossos trabalhos.

Estou certa de que todos nos vamos sentir em casa, num ambiente propício ao desenrolar de debates francos, construtivos, responsáveis e ambiciosos, tal como se espera deste nosso encontro.

Quero saudar todos os Congressistas porque é da sua participação entusiástica e empenhada a que nos habituaram que depende o êxito deste Congresso.

Este é um Congresso extraordinário que tem lugar na sequência do pedido de demissão do líder do Partido e da realização de eleições directas para a escolha do novo Presidente.

Neste contexto, desejo desde logo

cumprimentar o meu antecessor, o Dr. Luís Filipe Menezes que, durante o exercício do seu mandato conduziu seguramente a sua actuação de acordo com aquilo que, no seu entender, era o melhor para o Partido.

Também quero cumprimentar, mais uma vez, os Companheiros que disputaram as eleições directas e que assim contribuíram de forma digna para a revitalização do Partido.

Ninguém duvida de que foi um processo que contribuiu decisivamente para a credibilização do PSD e para a melhoria do modo como a opinião pública nos encara.

Apesar de haver muito a melhorar, podemos concluir tranquilamente que valeu a pena.

Finalmente, quero mais uma vez agradecer aos militantes a confiança que em mim depositaram, dando-lhes

a garantia de que não serei diferente da pessoa que há muito conhecem, nem agirei de forma contrária à que vos prometi durante a campanha.

E porque sei que acreditam nisto, não tenciono perder tempo a esclarecer ou a desmentir pensamentos, estratégias ou intenções que me atribuam porque não desviarei a atenção daquilo que é importante e em torno do qual nos devemos unir.

Não percam tempo com a interpretação do que digo nas entrelinhas. O que tenho a dizer, digo-o nas linhas!

Todos em conjunto vamos ter uma actuação que tenha a marca da verdade que seja responsável e determinada.

Só assim daremos o indispensável impulso para a dignificação da vida política e para a conquista da confiança dos Portugueses.



Caros Companheiros, há quem considere que a vivacidade do Congresso esmorece pelo facto de nele não se eleger o Presidente do Partido.

Não posso concordar com esse entendimento.

Quem assim pensa não está a dar a devida importância aos contributos das intervenções dos militantes e muito menos ao facto de ser ao Congresso que compete eleger os órgãos dirigentes do Partido.

E não minimizemos este facto.

A imagem do Partido e a mensagem que transmite ao eleitorado não é apenas resultado da acção do líder, mas também muito especialmente da acção conjunta dos protagonistas de todos os seus órgãos, desde a Comissão Política até ao Grupo Parlamentar.

É com a equipa que sair deste Congresso que o PSD poderá com firmeza e responsabilidade desempenhar o seu indispensável papel na vida política do País, quer como oposição responsável e adequada a um Partido de alternância ao poder, quer, daqui a pouco mais de um ano, como Partido decidido a exercer o poder.

Para isso tem de mobilizar a sociedade civil para um projecto que dê esperança aos Portugueses.

Isto só é possível com um Partido organizado e com equipas coesas.

Os órgãos do Partido têm de contar com pessoas que, pela sua disponibilidade, competência e representação da sociedade civil sejam

a garantia para os eleitores de que o PSD está em consonância com as suas preocupações e tem capacidade para as resolver.

Senhoras e Senhores Congressistas, Caros Companheiros, vamos apresentar-nos unidos por objectivos, renovados nos métodos de trabalho, mobilizados para o combate porque essa é a exigência dos Portugueses.

A exigência de uma mudança para melhor, a exigência das melhores políticas e melhor Governo.

Porque o País está mal!

Porque o Governo está esgotado! Está sem soluções para os problemas porque está preso às fantasias que têm vindo a construir e que a realidade nua e crua está a desmentir.

E quando o País sente que o Governo está esgotado vira-se naturalmente para a oposição, para nós.

Vira-se para nós, exigindo uma oposição firme, mas responsável, própria de um Partido de poder e sem a demagogia própria dos que não têm essa responsabilidade e podem fazer promessas sobre promessas.

O Eng. Sócrates cometeu erros políticos graves e quando tal acontece, mais tarde ou mais cedo paga-se a factura

Não é esse o nosso caminho.

Se o nosso caminho for o da responsabilidade, o País vai dar-nos ouvidos.

Não vamos fazer uma oposição de

casos, mas de políticas.

Vamos mostrar que somos uma alternativa sólida, em que os portugueses se podem reconhecer e votar para mudar.

Senhoras e Senhores Congressistas, O Eng. Sócrates cometeu erros políticos graves e quando tal acontece, mais tarde ou mais cedo paga-se a factura.

O primeiro grande erro foi a forma como tem lidado com o PSD.

Subestimou-nos. Deu-se ao luxo de nos ignorar.

Julgou e mal que, com maioria absoluta não necessitaria atender à existência do PSD, o partido que pela sua importância e dimensão é alternativa ao poder.

Claro que não podia fazê-lo formalmente, mas, na prática avançou sempre com as suas propostas sem minimamente atender às nossas

à custa de campanhas de marketing e de espectáculos mediáticos.

Frágeis defesas estas perante as forças dos factos!

Está hoje à vista de todos a diferença entre o que nos quisermos fazer crer e a realidade.

Assim, o Eng. Sócrates geriu o País na base de criar expectativas sempre positivas, de tal forma que os cidadãos confiantes foram apanhados de surpresa quando as dificuldades surgiram.

O Governo, qualquer Governo, deve criar uma relação de confiança com os cidadãos a qual passa por antever as dificuldades para estar preparado para as minimizar.

Como foi possível, por exemplo, anunciar o fim do período de sacrifícios, com o anúncio da redução do IVA e ainda esta medida não tinha entrado em vigor e já se verificava que



críticas ou sequer sugestões.

Achou que para sobreviver se bastaria a si próprio.

Foi um quero, posso e mando excessivo.

Sobre isto, o que queremos dizer ao Eng. Sócrates é que essa atitude acabou porque nós não vamos aceitar ser tratados sem ser de igual para igual.

Tem de acabar esta sobrançeria antidemocrática, nunca se preocupando em alcançar entendimentos no Parlamento, mesmo em matérias que comprometem governos futuros porque lhes reduzem grandemente a sua margem de manobra.

Quantas vezes por pura teimosia, ignorou emendas a propostas de lei que seriam bem melhores se as nossas sugestões tivessem sido aceites.

Por birra, desperdiçou trabalho e prejudicou os Portugueses. Em muitos casos preferindo fazer leis deficientes a reconhecer validade às nossas propostas.

O segundo grande erro do Eng. Sócrates foi ter governado exclusivamente de acordo com a sua agenda política e eleitoral.

Virou as costas ao País e concentrou-se em si próprio, com a única preocupação de manter o poder.

Julgou que distraía os Portugueses

não havia fim da crise e, pelo contrário, que a situação tinha piorado?

Como se pode confiar num Governo que está preso à sua agenda política ao ponto de não perceber os sinais de alarme, continuando assim a agir como se nada estivesse a mudar?

O Governo do PS recorreu sistematicamente à invocação dos Governos PSD para fugir às suas responsabilidades: também esta estratégia já acabou, expirou o prazo de validade

Desconfiança e insegurança.

O terceiro erro resulta destes dois anteriores.

Para fechar o espaço de acção do PSD e por se recusar a encarar a realidade, o Governo do PS recorreu sistematicamente à invocação dos Governos PSD para fugir às suas responsabilidades.

Também esta estratégia já acabou.

Expirou o prazo de validade.

Não vamos tolerar mais a distorção da nossa acção política.

Não aceitamos que o Eng. Sócrates queira reescrever a história ao sabor das suas conveniências.

Três anos de Governo é mais do que tempo para o PS ter de assumir as suas responsabilidades.





Três anos quer dizer que falta pouco para acabar a legislatura.

Estamos em altura de balanço, de avaliação rigorosa e da chamada às responsabilidades.

Acabou-se a mistificação e a realidade é esta:

Em relação aos indicadores oficiais, quer do desemprego, do crescimento económico, da inflação ou da situação social da pobreza, nenhum mesmo nenhum melhorou, e alguns pioraram depois destes três anos.

Do ponto de vista político, Portugal está asfixiado. A sociedade está crispada, chega-se a falar abertamente de medo e a sensação de insegurança em vários domínios é indissociável.

Assistimos nos últimos dias a uma enorme fragilidade de autoridade que o Primeiro-Ministro atribuiu ao Estado, mas que é da responsabilidade do seu Governo e que resulta da sua incapacidade em gerir dificuldades.

Do ponto de vista económico, aumentou o fosso com a União Europeia.

Do ponto de vista social agravou-se o desemprego e surgiram novos focos de pobreza.

Na saúde, seguiu-se um caminho insensato, que não evitou rupturas graves e que esqueceu a importância crucial destes serviços na vida e na fixação das pessoas. Irrompe-se, recua-se, desiste-se.

Na educação, o País tarda em abandonar os lugares mais modestos das estatísticas internacionais e corre-se o risco de promover o facilitismo para o evitar.

Na justiça, como na educação e na Administração Pública, hostilizaram-se as pessoas e criou-se um clima que condena ao fracasso qualquer tentativa de mudança.

A tão propalada reforma da Administração Pública saldou-se pela desmotivação e descrédito dos que nela trabalham.

A corrupção continua a minar a confiança nas instituições.

Acentuaram-se as assimetrias regionais. O interior define e perde a esperança.

A política externa não assegura que se está a tirar partido do potencial de valores que Portugal tem no mundo global.

Este é o balanço e no entanto, não



podemos esquecer que o PS gozou desde o princípio de condições particularmente favoráveis.

«Nenhum executivo nacional beneficiou até hoje de uma confluência simultânea de factores tão favoráveis; estas condições geram exigências: pode-se e deve-se exigir muito mais ao governo socialista, o que torna o seu salto ainda mais negativo»

No plano político conta com o apoio de uma maioria absoluta na Assembleia da República.

Tem podido contar com a cooperação institucional do Presidente da República.

No plano internacional, nestes três anos, a economia internacional e a situação dos nossos parceiros comunitários apresentaram indicadores muito favoráveis e houve uma flexibilização das regras comunitárias sobre o controlo do défice e o equilíbrio das contas públicas.

Repito, nenhum executivo nacional

beneficiou até hoje de uma confluência simultânea de factores tão favoráveis.

Estas condições geram exigências: pode-se e deve-se exigir muito mais ao governo socialista, o que torna o seu salto ainda mais negativo.

Ao fim destes três anos o que se conseguiu em concreto?

Pouco, muito pouco.

Sobretudo muito menos do que a situação exigia, do que os portugueses merecem e do que o futuro requer.

Esta é a responsabilidade do PS que os Portugueses vão julgar e pela qual terá de responder.

A responsabilidade do PSD é a de construir uma alternativa que mobilize o País, recupere a auto-estima e promova o bem-estar.

Assim, assumimo-nos plenamente como alternativa de Governo ao Partido Socialista.

Perante o esgotamento do Governo, perante a incapacidade dos socialistas de governar em situações de crise, esta é a oportunidade para o fazermos.

A nossa estratégia eleitoral não

pode deixar de ser a de nos apresentarmos com listas próprias aos próximos actos eleitorais, salvo as excepções que se justifiquem no caso das eleições autárquicas.

Com as melhores equipas e com as melhores propostas.

Caros Companheiros, como líder eleita do PSD o que eu tenho para dizer aos militantes é que devemos ter orgulho por pertencermos ao nosso partido.

Orgulho e sentido de responsabilidade. O PSD deve protagonizar a social-democracia do século XXI, com um projecto que responda aos novos desafios do nosso tempo. Fiel ao personalismo humanista, reformista consistente e com a justiça social como referência permanente.

No nosso século não foi só a tecnologia que mudou, ou a economia, ou as preocupações climáticas. Também a forma de fazer política tem que mudar, à medida que o poder de decisão é cada vez mais partilhado com outros países e à medida que a





globalização se reflecte na nossa realidade a uma velocidade vertiginosa.

Hoje, é essencial que os políticos não prometam medidas miraculosas que não podem garantir. O que é essencial é que estejam atentos aos sinais, estejam bem despertos para as necessidades dos seus cidadãos, para os seus anseios e possam assim agir com a certeza de que neles confiam.

De nada vale aos políticos de hoje não falar verdade. Como não conseguem controlar os acontecimentos, desviam-se cada vez mais da realidade para proteger as ilusões que criaram. Daqui resulta uma insuportável sensação de insegurança.

Esta é também uma fonte de descrédito da classe política.

Os Portugueses têm que ganhar confiança em políticos que governam para o bem comum e não para a sua carreira e ambição.

Mais do que nunca, tem que ser apurada a arte e a capacidade de ouvir todos os sectores da vida nacional, de modo a antecipar ou a avaliar as dificuldades para poder prevenir ou reagir adequadamente.

Esta atitude, porém, de nada vale se não for fortemente suportada na ética, na transparência, no respeito pela dignidade humana e no primado do direito. Valores, coragem e sentido de responsabilidade solidária têm que ser a marca distintiva do PSD dos novos tempos.

«Falei-vos sempre de esperança. Mesmo nos tempos difíceis que se vivem, há sempre forma de haver esperança, porque há sempre forma de fazer melhor»

O PSD do século XXI e os seus militantes orgulham-se do seu passado, não mascaram as suas convicções e não renunciarão a ser parte activa da construção do futuro.

Caros Companheiros, falei-vos sempre de esperança. Mesmo nos tempos difíceis que se vivem, há sempre forma de haver esperança, porque há sempre forma de fazer melhor.

Melhores políticas. Melhores soluções.

Não em nome da nossa bandeira partidária, mas em nome dos Portugueses.

Dos que trabalham e dos desempregados, dos que pagam impostos e dos que recebem salários baixos, dos idosos que têm direito a uma velhice tranquila e dos jovens que querem um melhor futuro, nas empresas, nas universidades, no Estado.

Só vos posso trazer esta esperança, sem promessas e sem falsas ilusões.

Com o empenho e a mobilização de todos os militantes, o PSD está preparado para os próximos desafios políticos.

Enquanto oposição, teremos uma linha de rumo firme, determinada e séria, guiada pelo nosso sentido de responsabilidade.

É esta atitude que nos dará autoridade e crédito para afirmarmos as nossas diferenças do Governo. E fá-lo-emos, sem rodeios nem calculismos.

O nosso objectivo é exercer plenamente a nossa acção política, em defesa dos interesses dos Portugueses.

Vamos afirmar-nos como oposição e vamos crescer como alternativa de Governo para que, nas Eleições Legislativas, sejamos inteiramente mercedores da confiança e da esperança dos Portugueses.

Está definido o nosso rumo, não há tempo a perder com debates laterais ou questões de circunstância. Temos de nos concentrar no que é importante.

O Governo está esgotado e sem soluções. Cada dia que passa o caminho torna-se mais estreito.

Vamos trabalhar para que os

Portugueses possam, em consciência, considerar que somos a melhor escolha para o País.

Com esta esperança vai ter de novo sentido dar o voto ao PSD.

Vamos todos em conjunto trabalhar para a afirmação do nosso Partido.

Ao serviço de Portugal e dos Portugueses!

Os trabalhos de Sábado: moções, discursos e apresentação das listas para

parcialmente algumas intervenções, que foram escolhidas apenas na tentativa de dar uma imagem geral dos acontecimentos o fim-de-semana. _
Povo Livre

Palavras do Secretário-Geral dos TSD, Arménio Santos

Começo /.../ com o desejo de que este nosso Congresso constitua o arranque do PSD para ganhar as batalhas eleitorais que temos pela frente.

Caros Companheiros, “Recuperar a Confiança” é o lema da Proposta Temática que os TSD apresentam a este Congresso.

É um contributo sério que damos ao Partido para construir as suas políticas alternativas, visando arrancar Portugal da desesperança em que se encontra mergulhado pela fracassada governação socialista.

De facto, as principais promessas eleitorais do PS, não passaram de um monumental embuste.

Prometeu colocar o País a convergir com os países Europeus mais avançados, mas a economia nacional arrasta-se no marasmo e Portugal continua a divergir da União Europeia.

Prometeu descer o desemprego e criar 150 000 novos postos de trabalho, mas hoje há mais 68 000 desempregados.

Prometeu não agravar os impostos, mas impôs o mais brutal aumento de impostos directos e indirectos às famílias e às empresas de que não há memória na história da nossa democracia.



os Órgãos Nacionais do Partido

NR: No Sábado de manhã foram reiniciados os trabalhos, com a defesa das várias moções apresentadas e respectiva votação. Nesse dia, até cerca das 22 horas, foram também apresentadas as listas para os órgãos nacionais, que seriam votados no Domingo de manhã e também foram ouvidos os discursos dos companheiros que se inscreveram e que, pelo seu número e extensão, são impossíveis de reproduzir na totalidade.

Por isso, reproduzimos

Estas foram as três bandeiras emblemáticas eleitorais do PS: rasgou as três, não cumpriu nenhuma, mentiu aos portugueses.

Mas os maus resultados da governação socialista não ficam por aí. A imagem do que sucedeu nas décadas de 60 e 70 do século passado, milhares e milhares de portugueses voltam a ter necessidade de emigrar. Só em 2006 e 2007, saíram do País 220 000 portugueses, em especial para Espanha, Inglaterra, França e Suíça.

As classes médias, as grandes sacrificadas das políticas socialistas sem alma, deslizam para a pobreza ou



vivem tempos de aflição.

E os principais pilares do Estado no interior do País – maternidades, Hospitais, Escolas, Postos da PSP e da GNR, Tribunais – são encerrados sem qualquer respeito pelas populações afectadas.

Este é o retrato nu e cru do estado do País, governado pelo PS nos últimos 3 anos e meio e durante 10 anos nos últimos 13.

Ora, nós não nos podemos resignar a este estado de coisas.

Os portugueses também não se resignam, mas esperam que o PSD se apresente preparado para liderar a mudança necessária.

Para assumir essa responsabilidade e voltar a merecer a confiança dos portugueses, o PSD não pode resvalar para caminhos de natureza liberal e neoliberal, que não são de todo o nosso designio nacional. Pelo contrário, devemos reactivar o discurso social-democrata e recusar práticas dissonantes do que somos.

Foi com um projecto concreto de reformas, assente num núcleo coerente de valores social-democratas, que o PSD fez avançar o País e realizou um ciclo de ouro de progresso, quando teve condições de estabilidade governativa na década de 1985/95.

É assim que queremos o PSD no futuro – um Partido dinâmico e reformador, aberto à sociedade e à inovação, interclassista e não conservador, liberal na economia mas avançado nas políticas sociais, e que constrói o futuro sem renegar o passado.

/.../ O PSD deve apresentar-se coeso, com uma liderança forte e com um projecto que aponte um rumo para o futuro, capaz de mobilizar os vários sectores económicos, sociais e culturais e que marque o início de um ciclo novo na vida do País.

/.../ Queremos o PSD na linha da frente a dignificar o factor trabalho, como actividade fundamental da sociedade e a bater-se pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias; queremos uma política fiscal justa, transparente e eficaz no combate à fraude e à evasão, com um desagregamento progressivo da carga

fiscal sobre os trabalhadores e as empresas.

Queremos, meus caros amigos, um PSD virado para o País real e não para dentro, um PSD ocupado com os problemas das pessoas concretas e das empresas, um PSD de combate político.

Esse é o nosso caminho, para voltarmos a ganhar Portugal!

O “testamento político” de Ribau Esteves
como Secretário-Geral

/.../ Acreditei no projecto que Luís Filipe Menezes preconizava para o PSD e para Portugal, e só por causa disso aceitei ser Porta-Voz da sua candidatura a Presidente do PSD e Secretário-Geral no seu mandato. Tínhamos apoio das Bases do PSD, estávamos a ganhar o apoio dos Portugueses, mas /.../ no dia 17 de Abril de 2008 o Companheiro Luís Filipe Menezes comunicou, a mim e ao País, a sua decisão de demissão de Presidente do PSD. *Ainda hoje não conheço e obviamente não compreendo, a razão objectiva desse abandono, e como entendo essa atitude como gravemente prejudicial para o PSD, discordo dessa decisão.* Essa decisão de demissão, respeitável como todas, /.../ incomodou globalmente o PSD e os seus Militantes, criando novos problemas e uma nova fonte de desmotivação.

Aliás, o abandono tem sido o acontecimento mais marcante na vida dos últimos seis Presidentes do PSD, o que nos tem cansado e desmotivado, prejudicado a imagem pública, e feito atentar contra um valor fundamental para se ser credível e consequente na vida: o valor da estabilidade.

Temos o sétimo presidente em treze anos. Juntamos-nos em Congresso pela décima quarta vez em treze anos.

A perspectiva vertiginosa em que temos vivido, de que um novo Líder, mais um Congresso ou a fixação como objectivo principal da nossa vida de ganhar a próxima Eleição Nacional, vão construir um PSD forte e ganhador rapidamente, tem sido o centro da nossa fragilidade política e motivo base para a desmotivação dos Militantes e

dos Simpatizantes, e para o nosso afastamento dos Portugueses.

Esse é um erro sistemático de que urge sair. /.../ O PSD tem de mudar de vida, para poder voltar a ser forte, credível e capaz de receber a confiança dos seus próprios Militantes e Simpatizantes, e dos Portugueses.

Temos que ter cuidado com os novos fenómenos das mutações rápidas:

/.../ Numa época em que devíamos estar a lutar ao lado dos Portugueses, estamos mais uma vez virados para dentro por maus motivos. Estamos mais fracos. Mais divididos. Mais longe dos valores políticos da estabilidade e da luta por mais e melhor Portugal.

E Portugal está muito mal: uma economia com indicadores fracos que dão nota da gravidade da situação real; uma educação que não cultiva os valores do civismo, da responsabilidade e da disciplina, que passa os alunos para cuidar da estatística, que faz provas de aferição

equipamentos de vária tipologia, quase sempre na lógica de anunciar agora, fazer a obra na próxima legislatura e pagar um dia pelos nossos Filhos e Netos, hipotecando assim o País;

Por outro lado temos cada vez mais Portugueses, e muito em especial gente nova, a ter a emigração como a sua única solução de vida.

O PSD e os Portugueses têm de se mobilizar para combater este estado de coisas. Precisamos de um PSD forte e reformista, lutador e ambicioso, para que possamos ser úteis e ajudar Portugal.

/.../ O PSD tem de seguir o seu caminho, afirmando as suas posições, emitindo os seus sinais, sem ter como referência os sinais que outros emitem por si.

Agora vamos viver um tempo novo, com uma nova Líder para fazer uma nova etapa da nossa vida, que queremos seja boa, marcando bem as enormes diferenças que nos diferenciam do Partido Socialista, a bem de Portugal que precisa como



fáceis para que as notas sejam boas; uma justiça lenta e muitas vezes inconsequente; uma saúde difícil de lidar e cada vez mais longe de muitos Portugueses; um desemprego elevado, com uma nota muito grave para o desemprego desesperado de dezenas de milhares de jovens licenciados (que agora os fundos comunitários do QREN vão camuflar um pouco com os estágios do PEPAL a darem emprego para a estatística); s desequilíbrios sociais a crescerem, com a vida de cada vez mais pessoas, a ser cada vez mais difícil.

O Governo PS está em queda livre, mas os descontentes não estão a aliciar-se pelo projecto do PSD: e em especial porque andamos sem a bandeira hasteada, sem o pé na estrada e a nossa mão na mão dos Portugueses que estão desmotivados e a sofrer as consequências das políticas erradas.

Temos um Portugal governado por uma lógica contraditória e absurda:

Por um lado temos um Governo a apostar nas obras públicas: mais auto-estradas, comboios de alta velocidade para retirar uns poucos minutos a viagens que já são curtas, novos

nunca de um projecto alternativo.

Cesso amanhã as minhas funções de Secretário-Geral do PSD. Exerci estas funções de forma franca e leal, determinada e reformista, construtiva e lutadora contra pequenos poderes instalados, sempre trabalhando a bem do PSD. Foi uma experiência enriquecedora que muito gostaria que acabasse num Congresso que fizesse a análise de dois anos de trabalho. Mas como dizia o Engenheiro que o Pântano levou: é a vida.

Depois da demissão de Luís Filipe Menezes, fixei três objectivos principais a cumprir, na gestão do nosso PSD:

1º Objectivo

Organizar a Eleição Directa para Presidente do PSD, com todo o rigor, seriedade, transparência e tratamento equitativo das candidaturas, num registo bem diferente daquele que vivemos nas Directas de 2007, dando primazia à disputa política com regras iguais para todos: reconhecidamente, esse objectivo foi devidamente cumprido;

2º Objectivo



Elaborar um relatório confidencial sobre a situação do PSD, os assuntos mais delicados, os principais assuntos pendentes, para entregar imediatamente ao novo Presidente do PSD. Esse relatório estava terminado às 17 horas do dia 31 de Maio e foi entregue numa reunião de cerca de duas horas à nossa nova Presidente no dia 3 de Junho, numa atitude inédita na vida do PSD;

3º Objectivo

Organizar o XXXI Congresso Nacional com a devida elevada qualidade que o PSD merece e a nossa ambição de sermos melhores exige.

Aos Funcionários do PSD, aos Companheiros Dirigentes e aos Militantes que tiveram presentes no trabalho que realizámos, reitero o meu muito obrigado pela ajuda. Aos que não estiveram presentes no trabalho, a minha nota de agradecimento pelo estímulo.

Quero deixar uma palavra de agradecimento a Guimarães, por toda a simpatia e pelo bom acolhimento. Daqui vamos partir amanhã à reconquista de Portugal. Que o simbolismo do Berço de Portugal seja indutor de um novo e promissor renascer para o PSD.

Quero reiterar aqui os votos de sucesso à Doutora. Manuela Ferreira Leite: que seja feliz a título pessoal e político no exercício da sua presidência do PSD

Para esta nova etapa da vida do PSD, quero reiterar aqui os votos de sucesso à Dra Manuela Ferreira Leite: que seja feliz a título pessoal e político no exercício da sua presidência do PSD. Precisamos e queremos partilhar essa felicidade. Espero que não tenha que lutar diariamente com as “forças de bloqueio internas” e que se ocupe com afinco e consequência a fortalecer o PSD, a combater o Governo PS e a construir a alternativa política de governo que Portugal precisa em 2009.

Como Militante do PSD darei o meu contributo activo ao nosso Partido e a Portugal. Muito Obrigado e Bem Hajam!



Rui Rio elege a Justiça como tema principal da sua intervenção

Na sua intervenção, o Presidente da Câmara do Porto e agora eleito 1º Vice-Presidente do PSD, Rui Rio desferiu um ataque cerrado contra a a e estão em que se encontra a justiça portuguesa, considerando-a “o maior” dos problemas que o país tem pela frente.

“Não é só a morosidade, são as sentenças contraditórias que o cidadão não entende e isto não inspira confiança ao país”, exemplificou o presidente da Câmara Municipal do Porto.

Rio, que falava esta tarde no Congresso social-democrata, em Guimarães, citou o seu próprio exemplo. “É normal que o presidente da segunda maior Câmara municipal do país seja arguido quase desde que tomou posse e esteja com termo de identidade e residência?”, questionou.

“A justiça não pode continuar neste caminho. Uma justiça que funciona

assim destrói a democracia e gera também um sentimento de impunidade”, insistiu.

As diferenças entre o PSD e o PS, questão que aliás esteve presente neste Congresso, também mereceram a sua atenção. A opinião de Rui Rio é que aquilo que distingue os dois partidos está para além das questões económicas.

A principal diferença é que “tem de ser novamente o PSD a apontar quais são as reformas” de que Portugal precisa, como, em seu entender, acontece desde o 25 de Abril de 1974.

O PS aposta na “aspirina” para resolver os problemas nacionais, ao passo que o PSD utiliza “antibióticos”, considerou ainda Rui Rio, procurando assim vincar o que separa os dois partidos.

O seu remédio para a “doença” portuguesa é “a construção de um Estado forte em vez de ajoelhado”.

O autarca iniciou a sua intervenção com um elogio a Manuela Ferreira Leite, cujo currículo lhe permitia dizer “Porquê eu?”. Rio deu a resposta: a nova líder social-democrata candidatou-se a este cargo “por dever”.

“A crise que o país tem pela frente” foi o seu alvo seguinte. Mais do que uma crise económica, Portugal está a braços com uma “crise política e de regime”, sendo necessárias “reformas profundas”.

“As minorias condicionam aquilo que é o interesse geral”, sustentou, dando como exemplo a recente paralisação decretada pelos camionistas e as dificuldades daí resultantes.

A conclusão de Rio é que a alegada “crise do regime está gerar um Estado fraco e sem autoridade”.

No sistema político, o dirigente considera que os partidos têm “uma

fraca credibilidade”.

O mesmo se passa com “os deputados”, continuou, ressaltando que já era assim no tempo em que esteve na Assembleia da República.

No final, Rio falou do investimento público e das opções do actual governo neste campo. “Não podemos ter o investimento público todo centrado na mesma região do país”, temos de olhar as zonas raianas e as áreas do interior, sem as quais o País não passará de um deserto, com uma faixa costeira superpovoada e onde se concentrarão as actividades de Comércio, Serviços e alguma Indústria que ainda reste...

A despedida de Ângelo Correia

Já na fase final do Congresso e enquanto ainda presidia aos trabalhos, Ângelo Correia despediu-se do cargo de presidente do congresso do PSD, lamentando ter falhado - ele e o próprio partido - mas garantindo que não vai para casa “lamber feridas”.

“Falhei. Falhámos. Sofri com algumas injustiças. Mas não vou passar o futuro a lamber feridas. O partido está cheio de feridas. Precisa de se regenerar não com base na memória das glórias passadas mas criando propostas que mostrem que somos os melhores”, disse, no seu último discurso enquanto presidente do congresso, antes de ser conhecido o resultado da eleição do seu sucessor.

Sem se dirigir directamente a ninguém, do passado recente ou do presente do partido, Ângelo Correia manifestou aos delegados “uma esperança”.

“Não esperemos ganhar aos outros por demérito deles mas pelo nosso próprio mérito. Não se luta pela mediocridade alheia mas pela



competência própria”, apelou Ângelo Correia, desabafando sobre os últimos tempos: “não foram brilhantes, não foram eficazes”.

“Tratámos mal muita gente do PSD. Expulsámos, marginalizámos, criámos facções em vez de promovermos a união de todos...”, referiu.

E avisou: “Saio de palco, não da política nem do PSD. Não viro casacas”.

Apesar do afastamento do partido durante mais de uma década, Ângelo Correia recordou ter-se filiado no PSD em 27 de Abril de 1974 e garantiu ter regressado à política activa há um ano “não para exercício do poder mas para ajudar”.

Neste seu regresso, o ainda presidente do congresso do PSD diz ter-se apercebido de que ao PSD “falta articulação com o país”.

“Tínhamos ligações à Universidade e aos grupos mais dinâmicos da sociedade. Foi-nos tirado isso em 1994 por Guterres, numa atitude inteligentíssima. Nós fomo-nos fechando”, defendeu.

Ângelo Correia recordou que “uma das principais diferenças, desde a fundação, entre PSD e PS é a base sociológica de apoio”.

“Independentemente de ser rico ou pobre, o eleitorado do PSD “tem uma noção de vida baseada numa ética de trabalho e acredita na ascensão pelo mérito. Não são subsidio-dependentes, só dependem do seu trabalho”, frisou.

Citando S. Paulo, terminou apelando: “Combatei sempre, mas pelo bom combate”.

A Presidente do PSD encerra o Congresso

Pela primeira vez na História do PSD, uma Mulher chefiou os sociais-democratas e também pela primeira vez na História da democracia portuguesa, uma Mulher será candidata a Chefe do Governo

O discurso de encerramento do Congresso representa, para a Doutora Manuela Ferreira Leite e para a social-democracia, um marco importante: além do seu fortíssimo conteúdo programático, é a primeira vez que uma Senhora se dirige a militantes, simpatizantes e aos Portugueses em geral, na qualidade de Presidente de um grande Partido, de um Partido do arco da Governação e de uma forte e muito querida líder, em que todos depositam as suas garndes Esperanças. Manuela Ferreira Leite afirmou:

Nesta sessão de encerramento do XXXI Congresso do PSD começo por saudar calorosamente os convidados que nos honram com a sua presença.

Felicito todos os congressistas e agradeço também a todos os outros militantes que nos acompanharam ao longo deste fim-de-semana.

Ouvi com toda a atenção o que aqui se disse. É com as vossas ideias, o vosso empenho e a vossa militância



que seremos capazes de apresentar ao País um projecto mobilizador, à altura das justas ambições dos portugueses.

Esse projecto terá que reflectir os nossos ideais e uma atitude de profunda honestidade.

É falando verdade que mobilizaremos o País para o grande esforço nacional de recuperação económica e progresso e justiça social de que necessitamos.

Dos trabalhos deste fim-de-semana, ficou bem patente a consciência que todos temos da nossa responsabilidade e como é necessário e urgente a existência de uma oposição que se assuma como verdadeira alternativa de Governo.

A urgência não resulta apenas da dimensão da crise nem da incerteza que se perfila no horizonte.

Resulta também do sentimento de que os sacrifícios pedidos foram em grande parte desperdiçados. Instalou-se o desânimo e gerou-se um preocupante sentimento de insegurança que abala a confiança no nosso futuro colectivo.

O PSD tem a enorme responsabilidade de tudo fazer para alterar este estado de coisas.

Caros Companheiros e Amigos, Portugal é hoje membro de pleno direito de uma Europa em que acreditamos e cujos valores admiramos.

Uma Europa de liberdade e participação política. Uma Europa do mérito, do talento e da iniciativa.

Portugal não pode (nem na Europa, nem na consciência colectiva dos seus cidadãos), continuar a perder terreno, até em relação aos mais recentes parceiros europeus.

Não há nenhuma razão para que não recupere em pouco tempo o seu atraso.

Os Portugueses sempre foram movidos pela ambição e pela vontade

de progredir e é isso mesmo que mostra o êxito de muito dos nossos compatriotas que procuram no estrangeiro as oportunidades que aqui não encontram.

Em muitos momentos da nossa História provámos ser capazes de transformações profundas, de que resultaram impulsos de desenvolvimento e bem-estar muito significativos.

E vamos voltar a ser capazes.

Para isso, temos que superar as causas das nossas dificuldades.

Uma delas é sem dúvida a pouca importância que damos ao mérito.

Quem se distingue pelo mérito não pode ficar limitado na sua vida e nas suas aspirações. É um desperdício que não podemos permitir.

Esse desperdício começa logo no sistema escolar que, num quadro de igualdade de oportunidades, tem de abrir espaço à formação de jovens que se constituam como estímulo ao sucesso.

É com esta matriz sempre presente que se deve desenhar todo o sistema educativo.

Esse mesmo desperdício também se verifica nas empresas, onde nem sempre são dadas condições adequadas de remuneração e realização profissional.

É por isso que o investimento no conhecimento e na educação é um pressuposto das sociedades desenvolvidas e deve ser alargado à formação ao longo da vida.

A nossa capacidade de competir depende largamente deste acréscimo de qualificação.

Outra das razões do nosso atraso é o entrave à iniciativa privada.

Na verdade, a vida económica ainda está condicionada por uma teia de dependências dos poderes públicos e de excessos de intervenção do Estado.

Este clima enganosamente

proteccionista desfavorece o talento, a ousadia e a vontade de correr riscos. Além disso, dilui a autoridade do Estado e enfraquece as instituições.

Em vez de uma administração eficaz e de um quadro de regulação saudável, temos uma burocracia impiedosa que bloqueia a inovação, anula a responsabilidade e atrofia a liberdade individual.

O nosso tecido empresarial merece um olhar atento

O nosso tecido empresarial merece um olhar atento.

O coração da nossa economia está nos muitos milhares de pequenas e médias empresas que dia a dia lutam pela sobrevivência num ambiente de incerteza e perante obstáculos que tardam em ser removidos.

São sobretudo elas que criam emprego. São as que inovam mais rapidamente. São o que há de melhor no potencial de desenvolvimento económico português.

Temos, pois, que lhes dar reais condições de desenvolvimento e competitividade. Não nos basta que sobrevivam.

Queremos que floresçam e conquistem novos mercados.

Disso depende a vitalidade duradoura do nosso tecido económico e o progresso pessoal e profissional a que naturalmente todos aspiram.

E também só assim é que poderemos estancar a saída para o estrangeiro de muitos jovens altamente qualificados e nos quais Portugal tanto investiu.

Um País que não sabe utilizar as qualificações e valências dos seus cidadãos, que não valoriza o seu capital humano, está a empobrecer-se todos os dias.

Outra dificuldade que temos de ultrapassar e a crescente desigualdade na repartição de riqueza, com a



ostensiva prosperidade de alguns e o crescente sacrifício de outros.

Como consequência, é a classe média que empobrece, que desmoraliza e que perde a vitalidade.

Ora, nenhuma sociedade democrática subsiste sem uma classe média sólida e que tenha razão para poder confiar no futuro.

A classe média é especialmente vulnerável a políticas erráticas que fazem recair sobre ela os custos de ineficiência e de desperdício dos dinheiros públicos.

É por isso que é a classe média que mais pode beneficiar da racionalidade do Estado e do respeito pela iniciativa e pelas liberdades individuais.

Não nos esqueçamos que a sustentabilidade das políticas sociais depende, substancialmente, dos impostos pagos pela classe média.

Ou seja, o sistemático recurso às receitas fiscais para financiar a despesa pública atinge em cheio a classe média e as PME, os dois grandes suportes da sociedade portuguesa.

O sistema fiscal merece uma atenção muito especial!

É por isso que o sistema fiscal merece, neste contexto, uma atenção muito especial.

Geralmente preocupamo-nos apenas com o peso da carga fiscal, e o debate centra-se no nível das taxas a cobrar, proliferando as promessas de redução dos impostos.

Mas, tão importante como a redução do peso da carga fiscal, é a transparência, a simplificação e a previsibilidade das regras fiscais.

Na verdade é difícil pedir aos cidadãos o escrupuloso cumprimento das suas obrigações fiscais quando o sistema é obscuro e complexo. Do mesmo modo as empresas têm o direito de saber com o que contam quando fazem o seu planeamento fiscal.

O Estado não pode ser apenas uma máquina eficaz de cobrança de impostos.

Tem sobretudo que apostar na promoção dos valores da cidadania, cativando os contribuintes com um sistema lógico, justo e perceptível.

Além deste esforço de

simplificação, considero imperioso que haja uma avaliação do impacto das medidas na economia e nas famílias, assegurando-se um sistema justo e não apenas uma fonte crescente de receitas.

É que, se assim não for, acaba por se perder o sentido global do sistema fiscal e esse é o de que os impostos têm uma função de redistribuição dos rendimentos e de equidade social.

Um dos sectores mais críticos da nossa sociedade é o da Justiça

Caros Companheiros

Um dos sectores mais críticos da nossa sociedade é o da Justiça.

Uma das principais queixas centra-se na lentidão da justiça, que é um entrave ao crescimento e ao desenvolvimento económico e lesa os direitos individuais. Ou seja, provoca um dano colectivo, que se projecta nos cidadãos e nas empresas.

O espaço vital da sociedade civil e do mercado depende da confiança no sistema de justiça.

Os direitos individuais são mal defendidos quando a justiça tarda, de tal modo que muitos preferem suportar prejuízos e injustiças a recorrer a ela.

Daqui resulta também uma incerteza para as decisões de investimento, com efeitos negativos na oferta de emprego e no preço das transacções.

Quando um sistema é ineficaz não protege os cidadãos cumpridores, favorece os faltosos e perde a sua credibilidade.

É essencial devolver a confiança na acção dos tribunais e na aplicação da justiça.

Só a modernização das estruturas e da organização da justiça pode atalhar a tempo o fracasso do Estado de Direito.

Mas o combate às desigualdades e a preocupação por uma maior justiça social passa também pela melhoria do sistema de saúde.

Para isto, é inegável que tem de haver uma oferta de serviços públicos que garantam a todos uma assistência condigna independentemente da sua capacidade económica.

Não podemos deixar que, por falta de financiamento, haja um sistema de saúde bom para os que o pagam e uma assistência sofrível para os que não têm



essa possibilidade.

É precisamente esta exigência de igualdade que torna fulcral que se equacione seriamente a questão do financiamento do serviço nacional de saúde, que tem sido sistematicamente adiada.

A resposta a esta questão não é só uma condição de subsistência do Serviço Nacional de Saúde.

É sobretudo condição de um nível de qualidade sem a qual as populações mais carenciadas não terão a sua assistência na saúde assegurada.

O interesse das populações implica um investimento crescente num sistema que deve ser universal e de acesso gratuito a todos os que não têm meios para participar o custo dos serviços prestados.

Para este objectivo, não posso deixar de referir que é também essencial que se criem as condições de fixação de médicos e pessoal de saúde no sector público.

É inadmissível que se assista à aposentação em grande escala de profissionais no auge das suas carreiras e aptidões, em resultado de uma política de redução de efectivos que só olhou aos números e não aos tipos de actividade abrangidos. Não podemos aceitar isto.

Transversal a todas estas realidades, a reforma do Estado continua a ser uma das questões essenciais que se impõe levar por diante

Transversal a todas estas realidades, é evidente que a reforma do Estado continua a ser uma das questões essenciais que se impõe levar por diante.

A qualidade da nossa vida colectiva, o bem estar individual e social, a justiça e a solidariedade dependem de forma decisiva de um Estado moderno e gerido por responsáveis qualificados, tendo como missão central o interesse do cidadão. Neste domínio está quase tudo por fazer.

Temos também que mudar a política de investimentos públicos.

O crescimento económico português tem sido totalmente insatisfatório. É um mau desempenho que não decorre de qualquer crise

internacional. É antes o resultado de uma política mal conduzida ou inconsistente.

Já não é gastando recursos públicos que Portugal avança e isso exige que a política de investimentos públicos tem que ser muito criteriosa.

As decisões nesta matéria têm que conseguir responder a duas questões: precisamos realmente deles? Temos meios para os pagar?

A vaga avassaladora de propostas de infra-estruturas que este Governo anuncia e de que o País nem sempre carece, e para os quais manifestamente não tem dinheiro, ficará para a história como um dos maiores erros políticos cometidos.

Não é por esta via que o País se desenvolverá, que se criarão empregos ou que a economia vai prosperar.

Passada a glória dos anúncios e das inaugurações, ficará apenas uma pequena valia e uma enorme factura a pagar pelos cidadãos e pelas empresas.

Mas faltarão os meios para acudir às verdadeiras questões que afligem os Portugueses no seu dia a dia. E essas questões são hoje as de natureza social.

É cada vez mais difícil a situação de muita gente que trabalha mas vê o seu nível de vida piorar. De gente que desespera por ter perdido o emprego ou que vive de pequenas pensões ou das suas magras economias.

E isto não é o reflexo da crise internacional.

É sim o reflexo claro e inequívoco de políticas erradas e de insensibilidade social.

Chegámos ao ponto de termos hoje uma situação de quase emergência social, que exige uma acção imediata, determinada e corajosa.

Há que intervir com urgência para combater os focos de pobreza e apoiar os novos pobres.

Sem dúvida que só políticas de desenvolvimento económico são capazes de dar um impulso duradouro à melhoria de vida das pessoas.

Mas a realidade impõe que se orientem desde já recursos de apoio às instituições de solidariedade social, que se estimule e acarinhe as organizações da sociedade civil que, com base no voluntariado, fazem chegar aos mais carenciados a ajuda de que necessitam.

Não se trata de instituir novos





subsídios que perpetuam as dependências, mas de centrar a nossa atenção em políticas que criem oportunidades de intervenção e que complementem a acção do Estado, como é desejável.

Esta situação de emergência pode justificar que se abduquem de alguns investimentos para afectar recursos aos casos mais prementes. É um assunto que tem de ser ponderado.

A importância uma política efectiva de descentralização, gradual mas sustentada

Caros companheiros e amigos, para terminar, quero ainda mencionar dois pontos de reflexão.

O primeiro é a importância uma política efectiva de descentralização, gradual mas sustentada, que transfira maiores competências para os municípios reforçando a sua capacidade de atender aos interesses das populações e de combater as assimetrias territoriais. O desequilíbrio no desenvolvimento entre o litoral e o interior é hoje muito preocupante.

A forte presença autárquica do PSD e o trabalho notável que, ao longo dos anos, foi desenvolvido nas autarquias, tem sido prova da eficácia do poder local e muito contribuiu para a afirmação nacional do nosso Partido.

O outro ponto refere-se às autonomias regionais dos Açores e da Madeira.

Deve-se ao PSD o desenvolvimento e a afirmação das virtualidades das autonomias regionais que têm sido motor de desenvolvimento das regiões autónomas, absolutamente confirmado pelo extraordinário progresso na Madeira.

Mas essas virtualidades têm sido recentemente manipuladas e têm sido utilizadas com fins partidários e eleitoralistas.

Com efeito, a alteração das regras de financiamento antes aprovadas pelo próprio Partido Socialista em relação à Região Autónoma da Madeira tem bem patente uma marca partidária.

Do mesmo modo, não é aceitável que, por motivos eleitoralistas, se aproveite a campanha para as próximas eleições de Outubro para transferir novas benesses para os Açores, com o objectivo de favorecer o partido do Governo Regional.

Repudiamos estas manobras e não deixaremos de as denunciar, a bem da democracia e da solidez das autonomias regionais.

Para este combate político, os nossos companheiros insulares podem contar com o nosso apoio activo.

Caros Companheiros

Passar de imediato ao objectivo do nosso Partido: conquistar a confiança do País

As políticas constroem-se com ideias, com linhas de rumo e com intenso trabalho na formulação de propostas creíveis e honestas.

Agora há que passar de imediato ao objectivo do nosso Partido:

conquistar a confiança do País.

Não será simples, nem fácil.

Mas não nos faltarão nem a determinação, nem a ambição e muito menos a esperança.

Hoje avalia-se o sucesso político quase exclusivamente pela capacidade de ganhar e de manter o poder.

Mas, na verdade, o poder é apenas um instrumento para realizar o bem comum.

A História cá estará para julgar todos os que, tendo tido a confiança dos seus cidadãos para exercer o poder, se limitaram a mantê-lo, sem conseguir resolver os verdadeiros problemas do País ou remover os obstáculos ao progresso dos cidadãos.

Não é essa a maneira de fazer política do PSD. Temos bem presente que o único sentido de estar na política é o da defesa do bem comum dos

cidadãos.

Por isso acredito que vamos merecer a confiança dos portugueses para mudar o País.

É esse o objectivo que nos deve mobilizar a todos a partir de hoje, a bem de Portugal e dos portugueses.

Viva o PSD, viva PORTUGAL!

XXXI Congresso Nacional

ORGÃOS ELEITOS

Mesa do Congresso

Lista A

Presidente Rui Chancerelle de Machete
Vice-Presidentes Berta Maria C A Melo Cabral
 Miguel José Luís de Sousa
Secretários Alfredo Oliveira Henriques
 Duarte Rogério M V Pacheco
 Hernani Pinto F Almeida

Comissão Política Nacional Lista A

Presidente Manuela Dias Ferreira Leite
Vice-Presidentes Rui Fernando da Silva Rio
 Paulo Mota Pinto
 José Pedro Aguiar Branco
 António Castel Branco Borges
 Manuel Castro de Almeida
 Sofia de Sequeira Galvão
Secretário-Geral Luís Marques Guedes
Vogais António Rodrigues Marques
 Fernando Ribeiro Marques
 Francisco de Araújo
 Jaime Carlos Marta Soares
 José Eduardo R M Martins
 Marco de Almeida
 Maria das Mercês Borges
 Paulo Lopes Marcelo
 Ricardo Bruno Rio
 Vasco Cunha

Conselho de Jurisdição Nacional

Lista A Nuno Morais Sarmento
Lista C Maria da Assunção Esteves
Lista A António Montalvão Machado
Lista B Rui Gomes da Silva
Lista A Francisco José F Martins
Lista C António Almeida Henriques
Lista D Miguel Santos
Lista A Luís Branquinho Crespo
Lista A Fernando Santos Antunes

Conselho Nacional

| Candidatura | Nº Entrada | Nome |
|-------------|------------|---------------------------|
| Lista A | 1 | António D' Orey Capucho |
| Lista C | 2 | Pedro Passos Coelho |
| Lista A | 3 | João Bosco Mota Amaral |
| Lista C | 4 | Miguel Miranda Relvas |
| Lista A | 5 | Alexandre Relvas |
| Lista C | 6 | Fernando de Carvalho Ruas |

| | | |
|---------|----|------------------------------|
| Lista B | 7 | Pedro Pinto |
| Lista A | 8 | Bernardino Vasconcelos |
| Lista E | 9 | Luís Montenegro |
| Lista C | 10 | Pedro Miguel Azere do Duarte |
| Lista A | 11 | Joaquim Biancard Cruz |
| Lista D | 12 | Agostinho Branquinho |
| Lista A | 13 | Carlos Pinto |
| Lista C | 14 | Miguel Albuquerque |
| Lista I | 15 | Leodolfo Bettencourt Picanço |
| Lista A | 16 | Joaquim Coimbra |
| Lista J | 17 | Manuel Ricardo F Almeida |
| Lista C | 18 | Sérgio Lipari Garcia Pinto |
| Lista B | 19 | Firmino Pereira |
| Lista A | 20 | Ulisses Manuel B Pereira |
| Lista C | 21 | Filipe Carraco dos Reis |
| Lista A | 22 | António Silva Preto |
| Lista E | 23 | Fernando João Couto e Cepa |
| Lista C | 24 | Luís Miguel Goulão |
| Lista A | 25 | Paulo Batista Santos |
| Lista A | 26 | Nuno Miguel Encarnação |
| Lista C | 27 | António Nogueira Leite |
| Lista D | 28 | Fernando Luis Vales |
| Lista B | 29 | Paula Carloto de Castro |
| Lista A | 30 | António Manuel de Campos |
| Lista G | 31 | Ângelo Cipriano C F Pereira |
| Lista C | 32 | Miguel Pinto Luz |
| Lista A | 33 | Júlio Sarmento |
| Lista C | 34 | Manuel Martins |
| Lista I | 35 | António Jorge F Vale Peixoto |
| Lista A | 36 | Fernando Pereira Campos |
| Lista J | 37 | Ana Sofia Bettencourt |
| Lista E | 38 | Arcanjo Araújo |
| Lista C | 39 | Melchior R Pereira Moreira |
| Lista A | 40 | António Jorge Nunes |
| Lista B | 41 | Lídio Lopes |
| Lista A | 42 | Francisco Miguel A C Ramos |
| Lista C | 43 | Paulo Jorge Simões Júlio |
| Lista A | 44 | Gonçalo Morais Tristão |
| Lista C | 45 | Jaime Filipe Gil Ramos |
| Lista D | 46 | Luis Filipe V T Menezes |
| Lista A | 47 | Lélio Raimundo Lourenço |
| Lista F | 48 | Paulo Moreira |
| Lista C | 49 | Nuno Filipe Miragaia Matias |
| Lista A | 50 | Fernando Sousa Ferreira |
| Lista E | 51 | Manuel A Silva Oliveira |
| Lista C | 52 | Rodrigo Gonçalves Silva |
| Lista B | 53 | Nuno Delerue |
| Lista A | 54 | António Soares Marinho |
| Lista I | 55 | Joaquim Mendes Dias |

Redacção: Povo Livre; outras fontes, Lusa. Fotos Luis Saraiva e Lusa



PE aprova directiva sobre retorno de imigrantes Carlos Coelho fala em compromisso “possível”

O Parlamento Europeu (PE) aprovou hoje em Estrasburgo, um Relatório sobre a “Directiva do retorno” de imigrantes ilegais na UE que é a primeira de um pacote legislativo de três directivas sobre uma política comum de imigração. Como explica o Deputado Carlos Coelho, esta é uma matéria de co-decisão, onde o “PE está pé de igualdade com o Conselho, pelo que nada poderá ser aprovado sem o nosso acordo”. Para o Deputado do PSD “o compromisso a que se chegou está longe de ser perfeito mas é um primeiro passo” e representa “uma melhoria em relação à situação actualmente existente de enorme discrepância entre os Estados-Membros”.

No debate que antecedeu a votação os detalhes mais polémicos foram o período máximo de detenção de imigrantes ilegais, a interdição de readmissão na UE por um período máximo de cinco anos, e as condições para a detenção de crianças e o apoio judiciário que será assegurado pelos Estados-Membros.

Na sua intervenção, Carlos Coelho lembrou que há muito que o PE tem vindo reclamar uma política de imigração que implique “canais legais de imigração (que contemple a integração dos imigrantes e a sua protecção humana e social) e o combate eficaz contra a imigração ilegal” e na sua opinião uma política de retorno “equilibrada, justa e eficaz” tem aqui “um papel importante”.

Na sua opinião, esta Directiva permite uma “abordagem europeia horizontal ao criar um quadro jurídico com normas mínimas comuns que possam garantir um regresso digno e em segurança dos imigrantes em situação ilegal” e ponha fim às “zonas cinzentas” que ainda persistiam, ao mesmo tempo que permite um maior controlo democrático e jurisdicional.

Carlos Coelho, que integra a Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos explica os cinco pontos que geram maior controvérsia:

1 - O âmbito da Directiva - exclui-se do âmbito da directiva certas categorias de imigrantes ilegais, o que acaba por permitir que nem todos os imigrantes legais possam ter acesso à totalidade das salvaguardas previstas nesta directiva, o que lamentamos, mas tenho que

compreender a posição dos Estados Membros. São, no entanto consagradas salvaguardas mínimas, de forma a evitar arbitrariedade.



2 - Princípio do regresso voluntário - Deverá ser privilegiado o regresso voluntário, num prazo de 7 a 30 dias (com possibilidade de extensão), neste momento só a Alemanha é que consagra condições mais favoráveis.

3 - Interdição de readmissão - A interdição de entrada visa evitar que o imigrante ilegal possa voltar a tentar entrar de forma ilegal no território da União, pretendendo-se deste modo conferir maior credibilidade à política de retorno. Normalmente a sua duração poderá ir até 5 anos, o que é uma melhoria à situação actual em que vários Estados Membros podem aplicar uma interdição ilimitada (ex. Austria, Dinamarca, França, etc)

4. Detenção - A detenção deverá ser uma medida de último recurso, justificada, em condições dignas e durar o menos tempo possível. Quanto aos prazos de detenção, existem 9 EM que não têm qualquer prazo máximo de detenção e só seis países é que prevêem limites inferiores a 6 meses (onde se integra Portugal com 2 meses e onde já foi tornado público que tal como se solicita na Directiva, estas condições mais favoráveis irão ser mantidas).

5 - Menores - Quanto à questão da protecção dos menores, é lógico que me preocupa que eles possam ser detidos, especialmente no caso em que estejam sozinhos, e que possam igualmente ser expulsos. No entanto, se por um lado, não se alterou a situação em que continua a caber aos

Estados Membros a decisão de os colocar ou não sob detenção (embora o deva ser feito apenas em último recurso), por outro lado, no caso de o decidirem fazer, passam a estar consagradas salvaguardas mínimas comuns.

“Considero, assim, que apesar de alguns destes pontos a solução encontrada esteja longe de ser aquela que este Parlamento desejava, é no entanto a que foi possível e que representa em relação aos Estados Membros da União, numa perspectiva de conjunto, uma melhoria à situação actualmente existente. Por isso, dou o meu apoio a esta proposta por considerar que é apenas um primeiro passo para se poder vir a alcançar uma

verdadeira política europeia de imigração e que, nos termos de uma disposição que aprovámos, deverá ser revisto e melhorado no prazo de 3 anos.”

Muito em breve o Parlamento Europeu deverá submeter a votação em plenário outras duas directivas relacionadas, designadamente uma proposta de directiva que estabeleça sanções contra os empregadores de imigrantes ilegais e a proposta relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente qualificado que estão já em discussão comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu devendo chegar a plenário em Outubro ou Novembro, já durante a Presidência francesa da UE.

Duarte Freitas defende Gestão Integrada das Zonas Costeiras

A Comissão Europeia publicou recentemente um relatório onde avalia a Gestão Integrada das Zonas Costeiras da Europa.

O Deputado Europeu Duarte Freitas considera que “o balanço do estudo publicado é positivo, estimulando progressos no sentido de um planeamento e uma gestão mais integradas das zonas costeiras na Europa.”

No entanto, Duarte Freitas considera que é necessário “concretizar no terreno o planeamento estratégico que se tem vindo a desenvolver um pouco por todos os Estados-membros costeiros.” O Deputado Europeu considera que “a nova dinâmica para a gestão das regiões costeiras da Europa deverá ser holística, participativa e aberta”.

Para Duarte Freitas, “é fundamental evitar que as zonas costeiras sofram a influência de políticas desconexas, descoordenadas e provenientes de níveis de poder diferentes.”

O Eurodeputado acrescentou ainda que, “o processo de gestão das zonas costeiras deve envolver todas as partes a quem o futuro da região interessa e incitá-las a conceber uma estratégia para a sua região, devidamente integrada numa abordagem comunitária.”

A este respeito, Duarte Freitas submeteu à Comissão de Pescas do Parlamento Europeu, um conjunto de propostas chamando a atenção para a importância da aquacultura de repovoamento, que, segundo o próprio, “constitui uma ferramenta importante para a preservação ecológica de alguns ambientes costeiros desgastados e ecologicamente enfraquecidos”.

Duarte Freitas considera que “o sector das pescas e da aquacultura deverão ser enquadrados numa perspectiva transversal para o desenvolvimento das actividades marítimas em zonas costeiras, devendo ser asseguradas as condições para o seu desenvolvimento sustentado.”





Taxas de CO2 na Aviação - Duarte Freitas e Sérgio Marques defendem RUPs

Decorrem neste momento negociações entre o Parlamento Europeu (PE) e o Conselho (governos dos Estados-Membros) sobre a nova Directiva que visa incluir a aviação no esquema europeu de comércio de emissões de gases com efeito de estufa e que fará aumentar o preço dos transportes aéreos. Os Eurodeputados do PSD Sérgio Marques e Duarte Freitas reuniram esta manhã com o representante do Parlamento Europeu nestas negociações com o objectivo de reforçar a defesa de medidas que minimizem as consequências desta Directiva para as RUP's.

Caso o Conselho não ceda às pretensões do PE os dois Deputados põem mesmo a hipótese de exigir ao Governo português (que representa Portugal no Conselho) que se oponha a esta decisão no Conselho, pois as RUPs não têm alternativa ao transporte aéreo.

No seguimento do trabalho que têm vindo a desenvolver desde há dois anos ao nível da discussão em torno da nova Directiva Europeia que incluirá a aviação no esquema europeu de comércio de emissões de gases com efeito de estufa, os Deputados Europeus Sérgio Marques e Duarte Freitas reuniram esta manhã com o Relator do Parlamento Europeu para este dossier, o alemão Peter Liese.

Têm vindo a decorrer reuniões entre o PE, representado pelo Deputado Europeu Peter Liese, a Comissão Europeia e o Conselho para tentar chegar a um acordo final sobre esta matéria que é objecto de co-decisão.

Desde o início, os dois Eurodeputados do PSD defendiam uma isenção total para as RUPs, embora sabendo, através do Ministro Nunes Correia, que o governo português entendia não haver margem de manobra para qualquer excepção destas regiões.

O Relator assumiu que aceitará a proposta do Conselho que isenta os voos internos nas RUPs e os destas para o exterior com menos de 30.000 lugares. Esta proposta, não resolvendo o problema e ficando muito aquém do desejável é, no entanto, um primeiro sinal da parte do Conselho.

O Relator do PE assumiu também que tentará contornar a intransigência



dos governos negociando para as RUPs os seguintes pontos:

· a utilização das verbas dos leilões para compensar eventuais

custos acrescidos para os cidadãos;

· uma discriminação positiva aquando da distribuição inicial dos direitos de emissão; bem como

· uma cláusula de revisão mais clara e benéfica para as RUPs.

Embora os governos se tenham mostrado renitentes em relação à primeira e segunda propostas, em relação à cláusula de revisão, o Relator garantiu que esta explicitará claramente as RUPs ao contrário do que fora estabelecido, apontando para uma revisão tendo em conta os efeitos negativos para as RUPs e assegurando que esta revisão se fará mais cedo do que estava previsto, isto é, 2 anos depois da entrada em vigor do esquema.

Os Deputados Sérgio Marques e Duarte Freitas continuarão a seguir este processo mas querem alertar desde já que, em favor das RUPs, caso não se consiga garantir a sua protecção na Directiva, o governo português deverá ponderar a possibilidade de não permitir a conclusão do dossier durante a Presidência Eslovena.

Silva Peneda apoia relatório sobre separação patrimonial no sector da electricidade

“Dizer sim aos esforços de liberalização do mercado da Electricidade é dizer sim a um mercado mais justo, competitivo e transparente.”

Foi com estas palavras que o **Eurodeputado do PSD** justificou o seu voto favorável no “Relatório Morgan” que altera a Directiva 2003/54/EC estabelecendo **novas regras para o mercado interno da electricidade**.

O Eurodeputado realça o facto de que “*Com o aumento do preço da energia e a falta de concorrência dos mercados nacionais existe o perigo de aumentar o número de cidadãos excluídos do acesso à energia*” insurgindo-se de seguida contra a possibilidade, vedada pela aprovação desta proposta, de uma mesma empresa ser simultaneamente proprietária da rede eléctrica e responsável pelo transporte de electricidade.

Silva Peneda critica assim o facto de que nas actuais circunstâncias, estas empresas estarem a exercer “*monopólio de facto, podendo bloquear o acesso ao mercado a novos operadores, em muitos casos, mais competitivos.*”

A terminar insistiu ainda no facto de esta medida proceder à protecção efectiva do “*consumidor das consequências de um mercado fechado.*”



Vasco Graça Moura distinguido pelo Governo Francês

Vasco Graça Moura, escritor e Deputado Europeu do PSD foi distinguido pela **Ministra da Cultura de França**, Christine Albanel, com o grau de **Oficial da Ordem das Artes e das Letras**.

Trata-se de uma “*das quatro Ordens ministeriais da República Francesa, e por consequência, uma das suas principais distinções honoríficas.*” Com esta distinção o Ministério da Cultura francês pretende distinguir “*peçoas que se destacaram pelas suas criações no domínio artístico ou literário, ou pela sua contribuição para a divulgação da cultura francesa no mundo.*”

Vasco Graça Moura, traduziu, entre outros, os seguintes autores franceses: *François Villon, Ronsard, Racine, Molière, Corneille, Voltaire e Rostand.*

Portugal: “Fora de Serviço”

Ricardo Rio (*)

Há algumas semanas, o eventual racionamento de arroz nas superfícies comerciais nacionais levou-me a questioná-lo se tal possibilidade se assemelhava a uma cena de um filme de ficção científica, numa espécie de cenário pós-apocalíptico.

Que dizer então, há poucos dias, quando a generalidade dos víveres (e em especial, os perecíveis) rareavam nos supermercados, o peixe não chegava (ou não saía) das lotas, as bombas de gasolina de muitas cidades do País não conseguiam assegurar o abastecimento de combustíveis aos cidadãos.

Se o Primeiro-Ministro esperava que o País lhe desse descanso em Junho e colocasse sobre o conjunto do território nacional uma enorme placa virtual – “Encerrado para o Euro” -, Portugal parece ter mergulhado nestas primeiras semanas de Junho nessa mesma lógica de paralisação, mas com recurso à mensagem: “Fora de Serviço”.

Como é sabido, este cenário resultou dos protestos realizados pelas transportadoras rodoviárias em todo o País e pelos múltiplos bloqueios e piquetes de camionistas em greve em várias localidades, com as consequências trágicas que foram também amplamente divulgadas.

Apesar do posterior serenar dos ânimos e do progressivo regresso à normalidade nas bombas de gasolina e nas diversas superfícies comerciais, esta aparente estabilidade não deve ser vista de forma tranquila pelo comum dos cidadãos.

Afinal, o que esteve na base da ocorrência destes protestos e das suas consequências tão gravosas para a economia e para o bem-estar dos particulares? Tal como foi noticiado, os contestatários pretendiam uma reacção do Governo ao incremento directo de custos que estavam/estão a suportar, em função do significativo aumento do preço dos combustíveis.

E poderá desde logo perguntar-se: cabe ao Governo actuar de forma a diminuir o custo de um factor produtivo que afecta vários sectores de actividade, ainda que de forma diferenciada, e ainda por cima de forma orientada para alguns?

E, tal como as empresas – que até poderiam repercutir esse aumento dos custos nos preços praticados aos seus clientes -, que fazer aos cidadãos – que “não podem” (ou pelo menos não conseguiriam com igual facilidade) exigir aumentos às suas entidades empregadoras pelo aumento do seu custo de vida?

A situação vivida na pretérita semana suscita, de facto, várias reflexões sobre a fragilidade dos pilares do sistema económico capitalista que, ainda assim, é indiscutivelmente melhor e mais justo que qualquer outro modelo alternativo.

Durante as últimas décadas, e com excepção óbvia das nações mais pobres e/ou assoladas por catástrofes naturais, crises militares ou sociais, o mundo habituou-se a viver num ambiente de abundância de recursos.

Jamais se questionou seriamente a possível exaustão das fontes energéticas, da generalidade das matérias-primas, dos bens alimentares ou da própria água.

À medida que diversos fenómenos – alguns de cariz especulativo – têm vindo a criar diversas restrições ao funcionamento destes mercados e ao acesso público a estes bens, as sociedades têm dificuldade em ajustar-se às consequências destes cenários.

No caso vertente dos combustíveis – que, como foi também visível, não se restringe a um problema doméstico que possa ser explicado pela diferença de tributação com os demais países europeus (mormente com a Espanha) -, a situação é claramente ambígua.

Por um lado, poder-se-ia admitir, como pretendia por exemplo o Presidente francês, uma certa política de redução dos custos por intervenção do Estado (através de medidas fiscais), tendo em conta o duro impacto que a escalada do preço do petróleo representa na situação económica e financeira das empresas e na gestão do orçamento dos particulares.

Mas, por outro, como fez questão de lembrar a Comissão Europeia, tais iniciativas funcionariam como estímulo para a manutenção dos níveis de consumo de petróleo e para a falta de incentivo ao recurso à produção e consumo de energias alternativas, já para não mencionar o efeito paliativo que as mesmas poderiam assumir numa lógica de agravamento futuro da presente situação.

O que nos devolve ao caso concreto de Portugal e ao protesto das empresas transportadoras.

Em primeiro lugar, porque também ficou patente a facilidade com que um único sector de actividade, quando beneficia da complacência do Governo e este abdica do exercício da autoridade do Estado, pode bloquear o modo de funcionamento da nossa sociedade com total facilidade e impunidade.

Em segundo lugar, porque além de pactuar com o lado obscuro dos protestos – nomeadamente os ataques e obstáculos levantados a quem queria continuar a trabalhar livremente -, o Governo deu um vergonhoso sinal de fragilidade e cedência à primeira onda de contestação, sem acautelar a validação da razoabilidade das reivindicações, a equidade com outros sectores de actividade e o equilíbrio e custo das contrapartidas oferecidas.

Pois é, o País voltou à normalidade. Até quando?

– (*) *Mestre em Economia, Presidente da CPS/Braga, vogal da CPN, Vereador da Câmara de Braga e correspondente do Povo Livre*



Notícias da Madeira

PSD vence intercalares em Gaula (Santa Cruz)

O PSD venceu as eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Gaula, no concelho de Santa Cruz, na Madeira, obtendo cinco dos nove mandatos.

A candidatura encabeçada por Gustavo Caires obteve 948 votos entre os 1.973 votantes, num universo eleitoral de 3.233 eleitores.

Com quatro mandatos, ficou a lista independente liderada por Elvivo Sousa designada de Pelo Povo de Gaula e formada por elementos dissidentes do PS, partido que presidia a freguesia, que obteve 828 votos e quatro mandatos.

A CDU, de Fernando Nunes, teve 92 votos e o PS, o grande derrotado nas eleições, 70, não logrando ambos qualquer mandato.

A abstenção foi de 38,9 por cento.

As eleições intercalares em Gaula surgiram na sequência da demissão em bloco dos elementos eleitos pelo PS, devido a alegadas divergências internas.

Esta era uma das três freguesias que o PS detinha na Região e a única que não estava nas mãos do PSD no concelho de Santa Cruz.

O novo presidente da Junta de Freguesia de Gaula, no concelho de Santa Cruz, na Madeira, o social-democrata Gustavo Caires, prometeu “ir trabalhar com todos” para o desenvolvimento da freguesia, que hoje teve eleições intercalares.



A vitória do PSD que, assim, conquistou ao PS a única freguesia que não detinha no concelho de Santa Cruz, não surpreendeu o candidato: “Quem se candidata é para ganhar e estava confiante”.

O PSD venceu com 948 votos (cinco mandatos), seguido de um movimento independente denominado Pelo Povo de Gaula (PPG), com 828 (quatro mandatos), pela CDU, com 92 e pelo PS, com 70 votos.

Votaram 1.973 eleitores dos 3.233 inscritos.

“Confiava no projecto que apresentámos ao eleitorado e na equipa que me acompanhava”, disse o novo

presidente da Junta de Freguesia de Gaula, engenheiro civil e técnico da Câmara Municipal de Santa Cruz.

O também ex-deputado à Assembleia Regional da Madeira reconheceu que a cisão entre os socialistas que provocou a demissão em bloco dos seus elementos e a criação de um movimento independente denominado Pelo Povo de Gaula (PPG) beneficiou a sua eleição.

“Não fomos nós que provocamos esta situação, estas eleições foram provocadas pelas tricas dentro do PS”, disse.

O PS, que perdeu assim uma das três freguesias que governava nos 11 concelhos da Região, não se mostrou

desagrado com os resultados.

Aura Teixeira afirmou não considerar estes resultados “uma derrota, pois o que aconteceu é que o PS, depois de tudo o que aconteceu, não podia deixar de se apresentar ao eleitorado”.

“Estou satisfeita com o resultado, pois apresentamo-nos ao eleitorado e derrotamos os traidores”, disse a candidata, referindo-se aos dissidentes do seu partido candidatos pelo PPG.

Elvivo Sousa, do PPG, deu os parabéns à candidatura vencedora, considerando ainda que “estas eleições foram importantes para Gaula, para Santa Cruz e para a Região, porque prova a possibilidade de grupo de cidadãos se candidatarem aos diversos actos eleitorais”.

Disse ainda que este projecto “é para continuar nos próximos actos eleitorais”.

O mandatário da candidatura de Fernandes Nunes (CDU), Idalécio Santos, disse que o seu partido “esperava um crescimento em Gaula, como o que foi obtido, tendo inclusivamente ultrapassado o PS”.

De salientar ainda que tanto o Bloco de Esquerda como o CDS/PP decidiram não concorrer, apoiando o movimento PPG.

Nas autárquicas de 2005, o PS, com os irmãos Filipe e Elvivo Sousa à frente da candidatura, obteve uma maioria absoluta, com seis mandatos, contra três do PS. – **Fonte: Lusa**

Notícias de Lisboa

Convite a Júdice para se “explicar” o abandono da requalificação ribeirinha

José Miguel Júdice foi convidado pelo PSD a explicar na comissão da Assembleia Municipal de Lisboa (AML) que acompanha o processo de requalificação da frente ribeirinha os motivos pelos quais abandonou a Sociedade Frente Tejo.

“Vamos convidar o dr José Miguel Júdice a ir à comissão de acompanhamento da zona ribeirinha porque aparentemente ninguém sabe porque é que deixou a sociedade”, disse à Lusa o líder da bancada do PSD na AML, Saldanha Serra.

O deputado municipal considera que “seria útil perceber-se porque que é que as coisas se passaram desta maneira”.

Júdice reiterou hoje à Lusa que só contará num livro as razões pelas quais abandonou a gestão da sociedade da frente ribeirinha, negando que tenha saído em ruptura com o presidente da Câmara, António Costa (PS).

Saldanha Serra condenou a apresentação à comunicação social do plano de intervenção para a frente ribeirinha elaborado pela Câmara no sábado, afirmando que o vereador do Urbanismo, Manuel Salgado (PS), recusou explicar o plano na comissão da AML.

“Preferiu, mais uma vez, uma iniciativa mediática a uma iniciativa esclarecedora”, afirmou.

Para Saldanha Serra, “este plano é uma desilusão, com intervenções que

na prática já estavam previstas”.

“A única novidade são as piscinas com ondas artificiais, que parece uma proposta daquelas que se faziam nas eleições para as associações de estudantes de construir uma piscina no

telhado da escola”, argumentou.

O deputado diz-se ainda “pouco confortável” com as garantias de que não haverá construção na frente ribeirinha, referindo que “o próprio vereador Manuel Salgado é



Notícias de Portalegre

Presidente da Distrital critica modelo de gestão “centralizador e antidemocrático”

O presidente da distrital de Portalegre do PSD, Pedro Lancha, criticou os “atrasos” e o modelo de gestão “centralizador e antidemocrático” do novo quadro de fundos comunitários, considerando que a região “está a ser prejudicada”.

“A distribuição das verbas comunitárias está atrasada e, além disso, esse dinheiro é repartido pelas várias regiões a partir de Lisboa. Há uma unidade de gestão regional, mas também aí o Governo detém a maioria dos elementos”, criticou Pedro Lancha, em declarações à agência Lusa.

Em comunicado, a distrital de Portalegre do PSD desafiou o Governo a explicar o “atraso de dois anos no arranque” do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

O PSD sustentou também que Portalegre é o distrito que “mais urgentemente precisa das verbas comunitárias”, mas onde o “processo de contratualização do QREN está mais atrasado”.

“Será incompetência do Governo ou oportunismo político do PS? Estará o Governo a atrasar a entrada de fundos até ao ano de eleições?”, questionou a estrutura liderada por Pedro Lancha.

O modelo adoptado para a gestão do QREN também não fica isento de críticas por parte da estrutura social-democrata, que o considera “centralizador, antidemocrático e discriminatório entre regiões e municípios”.

A comissão directiva que gere o Programa Operacional Regional do Alentejo, que abrange 47 municípios, alentejanos e da Lezíria do Tejo, é presidida, por inerência, pela presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

O órgão possui dois vogais executivos (a tempo inteiro), um indicado pelo Governo e outro eleito pelos municípios, tendo Fernando Sousa Caeiros (independente eleito pela CDU que lidera a autarquia de Castro Verde) sido escolhido no passado dia 12.

Além disso, a comissão directiva integra ainda dois vogais não executivos,



um também indicado pelo Governo e outro pelos municípios (Alfredo Barroso, independente que lidera a câmara de Redondo).

“Nos anteriores quadros comunitários, havia uma unidade de gestão representativa da região, com elementos da universidade e de entidades regionais. A região era sempre maioritária em relação ao Estado, mas agora o Governo indica três dos cinco elementos da comissão directiva do QREN”, referiu o presidente da distrital de Portalegre do PSD.

Ainda para mais, segundo Pedro Lancha, o vogal executivo escolhido pelos municípios “passa a ficar a tempo inteiro na comissão directiva, a ganhar três vezes mais do que um presidente de câmara”.

“Deixa de representar as autarquias porque, quem lhe passa a pagar o ordenado, é o Estado, pelo que vai ter de colaborar com o PS”, vaticinou.

De acordo com Pedro Lancha, “não há aqui democratização nenhuma na gestão dos fundos comunitários”, até porque as verbas que vão ser contratualizadas com cada região “são muito reduzidas”, significando apenas “algumas migalhas para repartir pelos municípios mais pequenos”. – **Fonte: Lusa**

Notícias de Viana

Integração – ou não – de Viana na C.I. Minho-Lima

Os eleitores de Viana do Castelo poderão ser chamados, em Setembro, a pronunciar-se, em referendo, sobre a integração ou não do município na futura Comunidade Intermunicipal Minho-Lima, admitiu hoje a Concelhia local social-democrata.

Em conferência de imprensa, o PSD de Viana do Castelo anunciou que vai levar à próxima reunião de câmara uma proposta formal para a realização do referendo, onde constará já a pergunta a colocar aos eleitores do concelho.

Se esta proposta for aprovada terá ainda que ser ratificada pela Assembleia Municipal (AM), após o que o processo será encaminhado para o Tribunal Constitucional (TC).

“Se tudo correr bem, penso que o referendo pode ter lugar em Setembro”, disse Paulo Vilaverde, membro da concelhia social-democrata.

O PSD defende a integração de



Viana do Castelo na futura comunidade, não só por questões financeiras, já que quem não aderir vai ficar fora dos fundos a contratualizar no âmbito do Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN), mas também por questões políticas, relacionadas com o que considera “afirmação do município como capital de distrito”.

“Viana do Castelo deve ter uma função liderante do distrito e, por isso, o PSD defende que o seu presidente

de câmara [actualmente Defensor Moura, do PS] deve ser o líder da futura associação de municípios e que a sede da associação deve ficar também em Viana do Castelo”, sustentou o vereador social-democrata Carvalho Martins.

Na última reunião da Câmara de Viana do Castelo, o PSD já tinha posto em cima da mesa a hipótese de realização do referendo, que mereceu a aprovação unânime de todo o Executivo.

O presidente da autarquia, Defensor Moura, já garantiu que vai fazer campanha pelo “não” à adesão à futura comunidade intermunicipal e avisou hoje mesmo que, se ganhar o “sim”, dará o seu lugar a outro.

Defensor Moura defende o princípio “um cidadão, um voto”, o que não está previsto na nova legislação de associativismo municipal, que preconiza “um município, um voto”.

“Cada cidadão, de cada município, deve ter direito ao seu voto. É preciso uma lei verdadeiramente democrática. Não queremos que os 90 mil habitantes de Viana sejam menosprezados”, frisou.

Moura sustentou tratar-se de “uma importante decisão” e disse-se “ciente de que interpreta correctamente o sentimento da população” e que, por isso, “aceita a realização do referendo”.

“Se os vianenses tiverem outra opinião, vão ter que escolher outro presidente de câmara. Não aceito que os cidadãos de Viana sejam minorizados, e por isso, para representar um concelho de joelhos, vão ter que escolher outro autarca”, afirmou.

A futura comunidade deveria agregar os dez municípios do Alto Minho, mas até agora apenas oito se manifestaram favoravelmente, já que Viana do Castelo disse que não e Ponte de Lima ainda não decidiu. – **Fonte: Lusa**



SANTARÉM

De acordo com os Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, para reunir em Sessão Eleitoral, no próximo dia 26 de Julho de 2008, sábado, pelas 15h00, no auditório da sede Distrital, sita na Calçada Mem Ramires, n.º 10, em Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Secção Santarém e da Mesa da Assembleia de Secção de Santarém.

Nota: As eleições decorrerão entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substituir estatutariamente até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (23 Julho 2008) na sede da Secção de Santarém, Calçada Mem Ramires, n.º 10, em Santarém.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras para reunir no próximo dia 5 de Setembro de 2008 (sexta-feira), a partir das 21h30, na sede concelhia do PSD, sita na Rua 9 de Abril, n.º 1 - 3.º andar, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleições da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 21h30 e as 23h30.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede concelhia aberta para o efeito naquele dia entre as 22h30 e as 24h00.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 11 de Julho de 2008, pelas 21h00 no Hotel Viana Sol em Viana do Castelo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares convocam-se todos os militantes da Secção de Vila Nova de Gaia do PSD, para reunirem em Assembleia Plenária

Ordinária na Terça-feira, dia 1 de Julho de 2008, pelas 21h30, na Sede Concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323, Vila nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Análise da situação política



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de militantes da secção da JSD de Abrantes, para reunir no próximo dia 1 de Agosto de 2008, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD de Abrantes, sita na Rua de São Pedro, n.º 20 - 1.º, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Secção
(Manuel Oliveira)

AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário eleitoral da Secção Concelhia de Amares da JSD, para reunir no próximo dia 26 de Julho de 2008 (Sábado), pelas 18 horas, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua Dr. Eduardo Gonçalves, n.º 2 Ferreiros, 4720-343 Amares, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção da JSD de Amares.

Nota:

- A urna estará aberta das 18 horas às 20 horas;

- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Militantes da JSD Amares, ou a quem o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede do PSD Amares na morada supra indicada na presente convocatória.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Hugo Carvalho)

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de militantes da secção concelhia da JSD de Castelo Branco, para reunir no próximo dia 26 de Julho de 2008, pelas 18 horas, na Sede Concelhia do PSD de Castelo Branco, sita na Rua do Pina, n.º 6, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Eleição da Comissão Política de Secção;

- Eleição da Mesa do Plenário de Secção.

Nota:

As listas deverão respeitar os pressupostos enunciados nos estatutos e regulamento eleitoral e deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da respectiva secção, ou quem estatutariamente o possa substituir, na Sede do PSD de Castelo Branco, na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 18 horas às 19h30.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD/Portimão, para reunir no próximo dia 12 de Julho de 2008 (Sábado), pelas 15h30, na Sede Concelhia do PSD/Portimão, sita na Rua Machado Santos, 17 - R/c, na cidade de Portimão, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da situação política actual;

3 - Outros assuntos.

A Presidente da Mesa do Plenário de Secção

(Laura Martins Sena)